



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

17 DE JUNHO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF

ENTREVISTA DO PRESIDENTE JOSÉ
SARNEY AOS JORNALISTAS CREDEN-
CIADOS NO PALÁCIO DO PLANALTO

Desejo, neste instante, antes de começarmos a nossa entrevista, homenagear a imprensa brasileira, nos profissionais credenciados no Palácio do Planalto, através do seu Comitê de Imprensa.

Estou à disposição dos Senhores.

Jornal Estado de Minas

A reação contrária de alguns setores da sociedade ao projeto do Governo de reforma agrária pode acarretar o reestudo da questão ou retardar a sua efetiva implantação?

Presidente José Sarney

A reforma agrária está no programa da Aliança Democrática. Nós assinamos aquele compromisso e o assinamos para que realmente fosse efetivado.

Porém, antes que a reforma agrária estivesse no compromisso da Aliança, estava na consciência de todos os homens

responsáveis no Brasil. É impossível o País avançar sem que se faça uma reforma profunda no seu sistema fundiário. Essa reforma destina-se, não a causar a violência, mas, pelo contrário, a conjurar a violência, a restaurar a paz no campo, a melhorar a produção, a evitar o êxodo rural e esse modelo que hoje temos da super-urbanização e concentração urbana. Por outro lado, temos necessidade de corrigir as injustiças no campo. Então, a reforma agrária é um compromisso do Governo e o Governo dele não vai recuar.

Isso não significa, de nenhuma maneira, que seja propósito do Governo violentar a propriedade. Ao contrário, o que desejamos é aumentar o número de proprietários. Sobretudo porque teremos aí em frente, daqui a alguns anos, se a situação do País continuar a ser esta nesse setor, uma crise muito séria. Não vamos ter mais o choque do petróleo. Vamos ter o choque dos alimentos. Pesa sobre o Brasil a ameaça de vir a atravessar, na próxima década, uma séria crise de produção no campo, em consequência da qual terá de importar grande volume de alimentos básicos, além de vir a ter reduzido o fluxo de exportação de alimentos básicos e frustradas as perspectivas que hoje temos.

A China está alimentando 1 bilhão e 130 milhões de pessoas, graças ao processo de irrigação criado lá. A Índia investe, também nesse setor, hoje, 3 bilhões de dólares por ano, chegando já a quase 50 milhões o número de hectares irrigados. O Brasil conta apenas 1 milhão e 200 mil hectares irrigados, com baixa produtividade, e cada vez mais as nossas populações do Interior são condenadas a buscarem as cidades. Evidentemente, temos que inverter essa situação. E a inversão dessa situação é conjugar uma política agrícola com a reforma agrária. É isso que o Governo vai fazer, com determinação.

Acredito que todo o problema existente na reação, de algum modo um pouco passional que verificamos, foi determinado por uma interpretação imprópria da palavra conflito, no caso. O que vamos aplicar, com a reforma agrária, é simplesmente o Estatuto da Terra: reforma e desenvolvimento agrário, uma lei do Presidente Castello Branco. Estamos utilizando instrumentos legais votados pelo Congresso e à disposição da Nação há muito tempo. A Constituição diz que a propriedade tem que ser voltada para o interesse social — o Estatuto da Terra define conflito agrário como a situação em que há dúvida sobre a propriedade da terra. Nada tem a ver com invasão de terra. Invasão de terra, em face do Código Civil, é esbulho; em face do Código Penal é crime, não é conflito agrário. Mas misturou-se essa noção de conflito agrário. Em quê? Misturou-se a forma definida pelo Estatuto da Terra com a invasão, tipo de conflito que é um problema de ordem pública, que nada tem a ver com o problema agrário.

O Presidente Tancredo Neves teve a oportunidade de dizer que ouviu de Sua Santidade o Papa, que era necessário fazer a reforma agrária no Brasil, como uma reivindicação do Episcopado brasileiro. E ele acrescentou mais, naquele instante: que ouviu o mesmo de organismos internacionais como o BIRD e o BID. Ora, nós, responsáveis pela Aliança Democrática, no momento em que firmamos aquele compromisso, assumimos a determinação de iniciarmos a solução desse grave e decisivo problema brasileiro. E eu irei, com a minha responsabilidade de Presidente da República, com esse alto objetivo, com idealismo, encontrar uma solução para o problema. Hei de tocar, levar à frente uma reforma agrária dentro dos cânones das leis. Iremos fazer uma reforma agrária de acor-

do com a sociedade. Uma reforma agrária que seja o que o País necessita, deseja e exige.

Agora pergunta a Gioconda Guedes se nós vamos prorrogar o prazo de 30 dias que demos para a discussão do problema.

Esse prazo ainda não venceu. Se o Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário informar o Presidente sobre a insuficiência do prazo, para que o problema seja equacionado, prorrogaremos esse prazo. Mas sempre dentro de um determinado tempo que não frustre, de nenhuma maneira, a decisão que o Governo tomou. Neste instante, é necessário que se faça ao País uma chamamento no sentido de que os nossos problemas sejam resolvidos de maneira racional e não de maneira passional. Temos tantos problemas, tantos problemas estão aí a desafiar o nosso gênio criativo, neste momento em que tantas dificuldades se cruzam com tantas esperanças, que se impõe questionar: por que então, em vez de ajudarmos, vamos aguçar tentando soluções passionais para um problema absolutamente racional e absolutamente justo?

SBT (Sistema Brasileiro de Televisão)

A propósito das reações agora mesmo examinadas pelo Senhor ao Projeto de Reforma Agrária, também ao Projeto-de-Lei de Greve, e as dificuldades para uma revisão dos termos com o Fundo Monetário, eu queria fazer uma observação: o Presidente Tancredo criou a esperança de um Governo de participação, um Governo de todos e para todos. O Senhor nesse momento encaminha a negociação de um pacto nacional com as lideranças político-partidárias. O Senhor acredita que um Governo de participação, o Senhor que tem proclamado a sua fidelidade

aos propósitos do Presidente Tancredo Neves, o Senhor acredita que um Governo de participação social pode ser de alguma forma substituído por um entendimento entre as elites partidárias simplesmente?

Presidente José Sarney

O Pacto não é um entendimento de elites. O assunto merece um pouco mais de meditação, por isso vou ser um pouco mais longo na resposta. O País necessita de uma unidade, de uma consciência política, de uma vontade política de unidade, para que possa enfrentar os problemas que aí estão. A pergunta é: "O que é o Pacto?" Acho que é mais ou menos essa a pergunta que o Carlos Henrique deseja fazer.

Tenho verificado que para realizarmos as mudanças com que nós nos comprometemos precisamos de uma vontade e de uma consciência política. Todos os setores em que temos colocado a mão e olhado estão profundamente desestruturados, desarticulados. Não há hoje no Brasil setor que se diga que possa ser um setor organizado, disposto, pronto, para que se possa, com ele, iniciar as mudanças que o País tem pedido. Vamos dar um exemplo mais simples: a Administração Pública.

O País cresceu, sofisticou-se em muitos aspectos, mas o setor da administração pública ficou inteiramente defasado. Temos uma máquina burocrática incapaz de servir a um País moderno. As decisões não são executadas, são lentas. Não podemos acompanhá-las, não podemos supervisioná-las, porque a máquina administrativa foi totalmente desarticulada, desestruturada, desestimulada. Onde se chega, em qualquer repartição, não se encontra entre os servidores aquele espírito que deviam ter, justamente porque os seus salários foram achata-

dos, os seus *status* foram diminuídos, foram atropelados nas suas carreiras, não se criou uma administração selecionada pelo mérito. Enfim, para que possa pensar politicamente, um País moderno como o Brasil tem de ter uma máquina administrativa que possa funcionar independentemente de suas crises políticas. Então iniciamos a reforma administrativa de que necessitamos. Mas vamos ter reações profundas.

Fomos mexer no terreno agrário, tivemos reações profundas. Fomos mexer no problema financeiro mais profundamente, como já o fizemos, propondo a reformulação da lei para punir os administradores desonestos nessa área. Se fomos mexer na reforma universitária em profundidade, como temos necessidade de fazer, nós vamos encontrar reações por todos os lados.

Se não tivermos no País uma vontade política, uma consciência política de unidade, não se dará, de nenhuma maneira, o passo decisivo das mudanças de que o País necessita e que neste instante exige. Daí a necessidade do Pacto. Esse Pacto é um Pacto Nacional, em que essa consciência se une não em torno da Presidência da República mas em torno do Governo. Vamos discutir com a sociedade — e aí o Pacto não é elitista — as diversas reformas que teremos de fazer para o País dar o passo decisivo. E acontece que, neste instante, no Brasil, temos uma grande oportunidade de dar uma virada na História.

Mas não é o Presidente sozinho que pode fazer. Nem somente a Aliança Democrática que fez um pacto para o Governo de transição. É preciso que haja essa consciência nacional, capaz de respaldar as grandes reformas e as grandes linhas que teremos de construir. Se conseguirmos concluir

essa tarefa de engenharia política difícil, esta geração vai ter um lugar importante na História deste País, porque, realmente, vai mostrar que o Poder Civil pode mudar os rumos do País com uma das consciências mais idealistas que o País já teve ao longo da sua História. De minha parte, estou me propondo justamente a não exercer, de nenhuma maneira, o poder de falar, o poder de decidir, mas, a vontade de ouvir, de reunir, de discutir, de encontrar caminhos e soluções. Senão, não avançaremos.

Mas tenho certeza de que vamos avançar no Pacto, fazer o Pacto, criar essa consciência política e essa consciência nacional.

E vamos entrar firme nas reformas, criando aquela estrutura de que o País necessita, que o País deseja e que vai ter, a fim de ser o grande País do grande povo que tem.

Rádio Bandeirantes de São Paulo

Senhor Presidente, alguns líderes da Aliança Democrática acreditam que a disputa pelas eleições nas capitais pode agravar as divergências entre o PMDB e o Partido da Frente Liberal. Cito por exemplo, agora, o caso de São Paulo, onde o PFL deve apoiar o candidato do PTB. Já se fala também no surgimento de um novo partido, após as eleições, para dar sustentação política ao Governo, unindo o PFL, os dissidentes do PDS, que não estão na Frente Liberal e também moderados do PMDB. Eu gostaria de saber como o Senhor pretende administrar essa situação e, no caso da ruptura da Aliança, precisaria inclusive de uma reforma ministerial?

Presidente José Sarney

Não acho que tenhamos qualquer ruptura da Aliança. Acho que a Aliança vai ser mantida, que ela vai atravessar essas dificuldades, vai atravessar as eleições deste ano para as prefeituras, e vai atravessar a eleição também do próximo ano. Acredito, sobretudo, no espírito público dos homens que compõem a Aliança Democrática, no grande idealismo que fez com que firmássemos o compromisso com a Nação.

Sobretudo, temos o exemplo do sacrifício do Presidente Tancredo Neves a inspirar essa nossa unidade. Portanto, vejo pouca possibilidade de ruptura da Aliança Democrática.

Acredito até que os partidos que a compõem podem separar-se em eleições. Mas em torno daquele compromisso fundamental, esse compromisso não se dissolverá.

Folha de São Paulo

Senhor Presidente, as forças sociais conservadoras estão em processo de rápida articulação para pressionar o Governo em uma direção anti-reformista. A esquerda está canalizando insatisfações acumuladas e pode obter vantagem da divisão eleitoral dos Partidos da Aliança Democrática em 15 de novembro. O Senhor não teme ficar imprensado nos choques entre esses dois blocos contraditórios?

Presidente José Sarney

Não. Acho que é muito cedo para fazermos avaliação dessa natureza. Muitas vezes perdemos a perspectiva de que este Go-

verno tem apenas 90 dias. Desses 90 dias, tenho apenas 56 dias desde que assumi plenamente a Presidência da República.

Toda a interinidade, em especial minha interinidade, é frágil em si. Mas, além da sua fragilidade, nós tivemos de acompanhar aqueles dias traumáticos que o País viveu. De maneira que, no momento, não devemos perder a perspectiva de estarmos num momento de transição. Este é um Governo de transição, um Governo de transição entre o autoritarismo e a plenitude democrática. Estamos querendo estabelecer a ponte, estamos lançando todas as vigas dessa ponte, algumas feitas com projeções, com idealismo, outras já de maneira bastante concreta.

Não vejo que possa haver uma radicalização maior. O que está havendo é um desejo de participação da sociedade. Um desejo que é extremamente salutar. Nós não estávamos acostumados a esse tipo de convivência política. Mas já fizemos muitas coisas nesses dias, que podem demonstrar ser possível, nesse clima de participação e de debate, que as coisas podem ser feitas.

Vamos examinar o que já se fez no País nestes 90 dias, na área política. Tivemos a restauração das eleições diretas para Presidente da República. Tivemos o voto do analfabeto. Tivemos as eleições nas Capitais, a queda das sublegendas, o reconhecimento da CUT, da CONCLAT. Tivemos a participação efetiva e a legalização dos partidos que se diziam clandestinos e que passaram a ocupar os seus espaços políticos, numa mudança total de comportamento dos espaços sociais, em período muito curto. Nada disso conseguiu abalar a sociedade, de nenhuma maneira. Estamos demonstrando uma grande prova de maturidade política.

Ao mesmo tempo, foi possível ao Governo implantar-se no meio de uma grande crise e reverter todas as expectativas. Ninguém pode esquecer-se de que, quando, no dia 15 de março, eu assumi a Presidência da República, as projeções da inflação no Brasil eram da ordem de 500%. Algumas empresas já tinham reajustados os seus preços e estavam trabalhando nesse nível de projeção. Se se perguntasse a 10 pessoas, 9 apostavam na explosão inflacionária, na explosão da base monetária e no caos. E os que saíram do Governo diziam: "Vamos esperar um mês. Daqui a um mês todos vão ver, vão ter saudades da gente". Essas expectativas foram totalmente desmontadas. Houve uma inversão: conseguimos manter a inflação mensal nos 7%; a expansão anual da base monetária, que era de 252%, naquele tempo, hoje é de 198%; controlamos os preços; colocamos um pouco de ordem nas estatais; e também no reajustamento de tarifas, não onerando o povo. Dizia-se que era impossível passar algum tempo sem aumento da gasolina. E nós passamos. Conseguimos reverter a perspectiva da explosão inflacionária. Essa sim, seria o caos para todos nós. No dia em que tivéssemos a perda do controle sobre a inflação, aí todos nós estaríamos perdidos. Esse é o grande fantasma que ainda não está conjurado. Temos que manter a inflação sob vigilância permanente, porque essa, sim, essa destrói os salários, essa liquida as instituições e essa acaba com todos nós.

Por isso tenho dito: serei e estou vigilante para que jamais isso aconteça. A hiperinflação não vai acontecer. Não deixaremos, de nenhuma maneira, que ela aconteça, porque ela é quem pode liquidar qualquer perspectiva e qualquer esperança de todos nós.

Afinal

Presidente, alguns empresários, muitos empresários de todo o País se preparam para custear candidaturas em 86 em proporções nunca vistas. Essa ingerência excessiva do poder econômico não poderá desvirtuar a Constituinte, na sua opinião?

Presidente José Sarney

Em primeiro lugar, acho que o Pacto é a preparação da Constituinte, do debate dos problemas nacionais, das reformas. O Pacto vai preparar o País, conscientizar o povo para a importância da Constituinte que ela seja realmente um grande marco na História do Brasil. Com o Pacto, devemos criar a mística da Constituinte.

Acho que a ingerência do poder econômico é um problema da justiça eleitoral. É um problema do Congresso Nacional. Qualquer desfiguração da opinião pública, através da interferência do poder econômico, do poder público, ou qualquer outro, com o objetivo de deformar a vontade do cidadão é uma agressão à democracia. Esse é um assunto que, naturalmente, nas reformas que irá proceder, o Congresso levará em conta, votando leis contra o abuso do poder econômico, contra a deformação da vontade do eleitorado.

Sistema Globo de Rádio

Presidente, o Senhor assumiu o Governo num momento dramático para todos, para o País, inclusive para o Senhor, inclusive assumiu uma equipe que não foi escolhida pelo Senhor para governar. Eu gostaria

de saber se o Senhor pretende modificar essa equipe antes dos Ministros se desincompatibilizarem do cargo para concorrerem nas eleições de 86?

Presidente José Sarney

Ontem me perguntaram, durante o jogo, qual o conselho que eu tinha que dar ao Telê para modificar a seleção. E uma pessoa que estava ao meu lado disse: “Em time que está ganhando a gente não deve mexer.”

No nosso caso, nós estamos começando, como disse há pouco, e não tenho nenhum motivo de natureza política para modificar a equipe de Governo. Mas tenho um compromisso com a Nação, de eficiência administrativa, sobre a qual serei cada vez mais exigente e procurarei cobrar mais. Se na execução desse programa administrativo, desse programa político, tivermos necessidade de mexer na equipe, não tenham nenhuma dúvida de que nela mexeremos.

UPI

Senhor Presidente, o Senhor disse, ontem à noite, que não aceitará acordos que provoquem a fome e a recessão do povo brasileiro. Mas a receita do FMI, nos últimos três anos, tem provocado desemprego e recessão. O Senhor está na véspera de concluir um novo acordo com o FMI. Qual é a sua proposta para impedir mais recessão para o Brasil?

Presidente José Sarney

Estamos negociando com o FMI, depois iremos negociar

com os bancos. Mas teremos uma linha traçada nessas negociações. Essa linha já está definida. Não podemos aceitar nenhum acordo que implique um compromisso do Brasil, no sentido de mergulhar na recessão e, através da recessão, mergulhar no desemprego e, através do desemprego, mergulhar na fome e através da fome, mergulhar na convulsão social.

O Brasil não é um risco econômico, mas pode ser um grande risco político.

Portanto, não podemos, jamais, selar nenhuma negociação que importe um sacrifício que a Nação não possa suportar. Tenho a visão histórica deste instante e determinação deste presente. Essa é a nossa linha de conduta.

O Estado de São Paulo — Jornal da Tarde.

Presidente, como o Senhor pretende compatibilizar a implantação do projeto de reforma agrária e a inquietação que ele já vem provocando, hoje, no sistema produtivo rural, com a necessidade de manutenção dos níveis de crescimento do País e do combate à inflação?

Presidente José Sarney

Como disse, acho que vamos encontrar um terreno onde as águas, naturalmente, vão baixar. Esse é um desejo de todos nós. Até mesmo porque não estamos fazendo, de nenhuma maneira, uma reforma agrária com o objetivo, como disse, de desencadear uma luta, nem desencadear a violência. O nosso objetivo é o contrário. O nosso objetivo é restaurar a paz. Em

vez de desarticular a agricultura, pelo contrário, aumentar a produção. Em vez de termos condições de somente uns poucos beneficiarem-se dos processos produtivos no campo, que tenhamos também uma grande faixa de brasileiros com acesso ao trabalho e à vida digna nessa área.

TV Manchete

O Senhor disse há pouco que não pretende fazer modificações no seu Ministério. Comentaristas políticos têm feito críticas sistemáticas dizendo que existem divergências no seu Ministério. O Senhor disse que as divergências são saudáveis e que não vai fazer modificações. Como é que o Senhor pretende conseguir essa unidade do seu Ministério?

Presidente José Sarney

Eu acho que uma coisa é unidade, outra coisa é a liberdade das pessoas poderem opinar. Estamos num Governo composto politicamente. São líderes, são pessoas que têm opiniões a oferecer, pessoas que têm experiências a dar, pessoas que podem aconselhar.

O Governo não pode se isolar numa casamata e achar que é dono de uma decisão somente dele, nem também se fechar com três ou quatro técnicos e encontrar uma solução mágica. O Governo jamais deseja ser um governo milagreiro. O Governo não será um governo milagreiro. Ele sabe que tem as suas limitações e, na equipe, cada um tem o direito de opinar.

Mas, uma coisa posso afirmar: a política e a decisão são da responsabilidade do Presidente. E delas não abdicó e nem abdicarei. Os Ministros são executores de uma política. Eles não são formuladores de uma política. Isso não significa que estejam impedidos de opinar. Mas a decisão é minha. Uma vez tomada a decisão, todos têm que executar o que o Presidente decidiu. Essa é a verdadeira unidade do Governo.

Rádio Alvorada de Brasília e Rádio Gaúcha de Porto Alegre

Senhor Presidente, o Senhor deve estar sofrendo muitas pressões para manter o controle de preços. Até quando o Senhor terá condições de levar adiante esse projeto?

Presidente José Sarney

Como disse, tivemos, em alguns casos, com a grande perspectiva da explosão inflacionária, remarcações feitas com a projeção de 500%. O Governo teve necessidade de exercer uma rigorosa vigilância dos preços, e exerceu. Agora vai continuar exercendo essa vigilância nos preços, repassando aquilo que realmente seja a margem normal em relação ao mercado. Mas jamais permitirá que esse repasse seja aquele que estava sendo feito, que era o repasse irracional e de lucros freqüentemente muito acima do que seria normal. Assim, vamos manter uma vigilância sobre os preços sem manter um congelamento de preços.

Última Hora de Brasília

Senhor Presidente, o Presidente Tancredo Neves, numa de suas últimas entrevistas, mostrava-se muito preocupado com o problema da alimentação, de transportes, habitação e da miséria existente na periferia urbana do País. O Senhor criou a Secretaria de Assuntos Comunitários. Eu indagaria do Senhor: será criado o Ministério para Assuntos Comunitários? E se o Governo até agora não tem trabalhado muito pouco em relação à miséria nas periferias urbanas?

Presidente José Sarney

Eu aí volto, uma vez mais, aos três meses. Devo dizer que nesse setor encontramos um déficit no orçamento da República calculado, inicialmente em Cr\$ 84 trilhões e, hoje, numa outra metodologia, já alcançando Cr\$ 110 trilhões. Nós herdamos o caos econômico. Dentro desse quadro, sem abandonar a prioridade para os pobres, conseguimos fazer o Programa de Emergência, destinando-se recursos da ordem de Cr\$ 10 trilhões para a sua implantação. Esse programa importa no “cestão de alimentos”, na reformulação da merenda escolar, no atendimento às populações mais pobres. Esse programa já está sendo organizado, já está sendo implementado em curto espaço de tempo, justamente seguindo a filosofia de que devemos encaminhar as ações do Governo, nas suas disponibilidades de recursos, em benefício dos mais pobres.

Também não devemos nos esquecer que, neste pequeno período de governo, também tive que atender ao problema das enchentes do Nordeste, onde tivemos de socorrer 1 milhão e

800 mil pessoas, também com distribuição de alimentos, reparos em habitações e um programa de emergência que lá está sendo iniciado.

Estou voltando de Petrolina com o mesmo sentido de ação do Governo para os mais necessitados e os mais pobres, na organização de um programa para pequenos agricultores, para que sejam irrigados, naquela área, 1 milhão de hectares. E lançaremos, no futuro, um grande programa de irrigação para uma área bem maior do que 1 milhão de hectares.

Assim, acho que o Governo não tem, de nenhuma maneira, abandonado o seu compromisso fundamental. Toda a ação do Governo tem sido no sentido de canalizar os poucos recursos que tem em favor das populações menos favorecidas.

Rede Globo de TV

Senhor Presidente, há uma reação dentro do seu Partido, o PMDB, com relação às divergências de conduta dos Ministros da área econômica. Há poucos dias entrevistei um político eminente do seu Partido e ele me dizia que o Ministro da Fazenda estaria mais identificado com o antigo governo, e que o Ministro do Planejamento, João Sayad, seria a Nova República.

Eu pergunto ao Senhor: o Senhor é mais o controle de gastos do Senhor Dornelles, ou o aumento dos impostos do Senhor Sayad? O Senhor é a diminuição de juros do Senhor Sayad, ou a manutenção da política monetária do Senhor Dornelles? O Senhor é Dornelles ou o Senhor é Sayad?

Presidente José Sarney

Acho que não vou poder fazer essa opção, simplesmente porque quando os dois estão juntos os dois são Sarney. Essas opiniões todas têm sido ajustadas, uma vez que, no que se refere à baixa dos juros, nem o Ministro Dornelles é contra a baixa de juros e nem o Ministro Sayad, como se tem dito. Todos nós desejamos a baixa da taxa de juros. E não tenho dúvidas de que os juros vão baixar. Agora, o que não podemos é baixar a taxa de juros artificialmente, sem saber as consequências dessa baixa, se ela for feita artificialmente. Ela é uma decisão de governo, não vai baixar como se pudéssemos interferir na economia artificialmente de modo a dizer que a taxa vai baixar apenas porque o Governo deseja que ela baixe. Sob esse ponto-de-vista, tanto o Ministro Dornelles quanto o Ministro Sayad estão absolutamente de acordo. Vamos baixar a taxa de juros, mas não artificialmente.

Agora, o que não podemos é arriscar-nos a interferir, dessa maneira, no mercado e perdermos o controle da economia. Por quê? Para enfrentar esse déficit de Cr\$ 104 trilhões, temos que fazer cortes de gastos, como estamos fazendo. Vamos fazer cortes ainda mais duros. Temos que ir ao mercado através da colocação de títulos públicos, temos que aumentar impostos, taxando, onerando, naturalmente, os mais ricos, ou temos que emitir. Essas são opções de Economia, e tenho ouvido os economistas todos. Chegamos à seguinte conclusão: quanto ao diagnóstico da doença, todos são unânimes; porém, na hora de começarmos o tratamento, então a junta médica começa a divergir. Sabem quais são os remédios, mas um pede um centímetro, outro pede dois centímetros, vamos agre-

gar mais um analgésico... Enfim, a solução, sempre há uma certa, mas nem sempre com grande nitidez. Não podemos correr o risco, no Brasil, da aventura de começarmos a tomar decisões de interferência no mercado, violentando algumas vezes essas leis, e perdermos, como eu disse, o controle da economia. Porque aí é possível que no dia seguinte acordemos no astral.

Rádio JB

Presidente Sarney, a Nova República vem adotando a prática do nepotismo. No Diário Oficial aumentam a cada dia as listas de parentes de ministros, governadores, senadores, deputados e presidentes de estatais nomeados para função DAS (Direção e Assessoramento Superior). O que o Senhor pretende fazer para acabar com isso?

E uma subdivisão desta pergunta: as mansões dos Ministros de Estado, vazias, estão criando problemas para o Governo. O Ministro da Administração está estudando a questão e admite a transformação de algumas em creches, em centros de treinamento e até hospedarias de luxo. Mas a decisão final do que fazer vai caber ao Senhor. E o que o Senhor pretende fazer?

Presidente José Sarney

Em primeiro lugar, acho que, se a pessoa tem qualificação, valor, condição de exercer um cargo, ela deve ser aproveitada. Pelo fato de ser parente, não pode ser punida nem condenada a não trabalhar. Se não tem condições, se trata

de uma prática de favoritismo, isso é nepotismo e não devemos, de nenhuma maneira, admitir. A imprensa, só em divulgar esse fato, já naturalmente está contribuindo para que, onde isso possa ocorrer, deixe de ocorrer. Não quero fugir, jogando só nos Ministros. Quero dizer que a imprensa também falou que tenho o meu genro e a minha filha trabalhando aqui no Palácio do Planalto. No que se refere ao meu genro, ele não tem um cargo administrativo, mas um cargo de assessoramento, que é meu Secretário Particular. Uma pessoa que é de minha estrita confiança. Tem todas as qualificações para exercer esse cargo e até ajuda a que eu melhor exerça as minhas funções nesse setor, pelo relacionamento que temos.

No caso de minha filha, ela exerce uma função quase que de terceiro escalão, num contato com parlamentares. Ontem, ela estava profundamente chocada, ela que tem feito tudo tentando ajudar o pai. Quando ela veio para cá, foi assim como quem está vendo o seu pai em perigo: “Eu vou socorrê-lo!” Ela estava, como única filha, a meu lado, desde aqueles primeiros momentos, vivendo os problemas, querendo me ajudar. De nenhuma maneira ela precisaria de participar de emprego dessa natureza. Nesses dois casos, acho que não estou cometendo, de nenhuma maneira, nenhuma forma de nepotismo. No caso do Jorge Murad, o problema ainda é mais grave, porque ele foi punido e demitido porque era meu genro. E agora não pode trabalhar porque também é meu genro.

Sobre as mansões, Sônia, eu acho que uma coisa já podemos anunciar. Vou determinar ao Senhor Ministro da Administração que proceda à venda das duas primeiras casas para verificarmos como é que essa venda vai ser feita e se podemos então iniciar o processo de Estado vender esses imóveis.

EBN

Senhor Presidente, o Senhor começou uma série de reuniões, reunindo lá no Granja do Tórto diversos segmentos da sociedade. Agora, economistas e empresários. Dessas duas reuniões, que subsídios o Senhor colheu para o Governo da Nova República?

Presidente José Sarney

Acho que essas reuniões são muito importantes, uma vez que representam um desejo do Presidente de ouvir todos os setores da sociedade. Esse desejo é o desejo de errar menos. É o que tenho procurado fazer nas reuniões que estou promovendo. E vou continuar.

Agora mesmo, lá em Petrolina, fizemos a mesma coisa, tentando ouvir muitas pessoas interessadas. Acho que isso é extremamente salutar para quem governa. É um novo estilo de governar, um estilo aberto em que o Governo tem a humildade de procurar aconselhar-se.

Isto É

Senhor Presidente, no Congresso, lideranças da Oposição, do PDS, hoje na Oposição, têm feito críticas ao Senhor, acusando-o de indecisão, de lentidão, de um estilo confuso de governar. Há algumas decisões no País que precisam ser tomadas e que ainda não o foram. O processo de decisão está em andamento. A pergunta que faço é a seguinte: por exemplo — a questão do BNH, qual foi a decisão que o Senhor

tem a anunciar à Nação. E uma outra pergunta: a Constituinte, se fala nela mas ela não está convocada ainda. O Governo ainda não enviou a sua Mensagem ao Congresso. O Senhor envia quando essa Mensagem?

Presidente José Sarney

Então, nós temos duas perguntas. — **BNH.** Sabemos que o sistema financeiro habitacional está vivendo uma crise profunda e vai necessitar de uma reformulação muito grande. Talvez deva corresponder à Nova República um novo sistema financeiro de habitação. Se fosse decidir, teria chamado os técnicos, que me diriam ter de corrigir a prestação dos mutuários no nível da inflação, e que o BNH não poderia suportar outra solução senão esta. Teria dado uma solução técnica e adotado uma decisão contra os mutuários do BNH há bastante tempo. Seria uma decisão rápida. Nenhuma indecisão. Quer dizer, o Governo não foi indeciso. Ele foi rápido para punir os mutuários do BNH e digo punir, aí, porque realmente nesse caso, quando as prestações foram aumentadas, além do aumento que eles tiveram os seus vencimentos, estava criando-se uma maneira pela qual eles só tinham duas opções: ou perder o seu imóvel, ou não pagar as prestações, o que está ocorrendo com cerca de 60% de inadimplência dentro do sistema.

Pedi ao BNH, com responsabilidade, que examinasse o problema em profundidade para me trazer alternativas. Depois de essas alternativas chegarem, mandei estudar as repercussões que elas terão dentro de cada setor para que possa decidir, sabendo que minha decisão é uma decisão consciente e já sabendo dos reflexos que vai ter.

Assim, acho que o que se chama indecisão é responsabi-

lidade. É isso que o Governo está tendo. Ele precisa, para decidir, não tomar aquela decisão autoritária, que pode parecer, que pode parecer não, que será uma decisão de trono, mas uma decisão que muitas vezes — e nós já vimos que quase sempre tem sido assim — é contrária aos interesses nacionais e contrário ao povo.

— **A Assembléia Constituinte.** Nós tínhamos uma Emenda dentro do Congresso. Não queria, de nenhuma maneira, mandando a Emenda, por parte do Poder Executivo “atropelar” uma Emenda que já estava em votação dentro do Congresso.

Mas tenho um compromisso com a Aliança Democrática Nacional de convocar a Constituinte. Esse é um compromisso tomado por todos nós. E vou cumpri-lo. E mandarei ao Congresso Nacional, antes do fim do mês, a Emenda convocando a Assembléia Nacional Constituinte. Sobretudo porque temos um tempo muito grande, já que no resto deste ano e no próximo, temos que criar a mística da Constituição, debatendo os temas, aprofundando cada um desses temas para que a Nação possa então ter uma Constituinte como ela espera que possa ter.

Jornal de Brasília

Presidente José Sarney, toda a vez que foi convocada uma Assembléia Constituinte na História do Brasil registrou-se uma baixíssima participação popular.

A pergunta é a seguinte: que papel o Presidente da República vai exercer na convocação dessa Constituinte, e de que forma o Presidente Sarney vai mobilizar a grande maioria da sociedade brasileira para participar dela?

Presidente José Sarney

Pessoalmente, como Chefe do Governo, o que posso fazer é aquilo que estou fazendo, isto é, tentar construir o Pacto Nacional. Esse Pacto Nacional significa o quê? Como eu disse: será pegarmos os grandes problemas do País, as grandes reformas de que o País necessita, começar e debatê-las, e chegar à conclusão sobre que rumo cada um de nós deve tomar. Em segundo lugar, vamos estimular o debate sobre a Constituinte no País inteiro, no resto deste ano e no próximo, de modo, para repetir, que se crie a mística da Constituinte. Acho que esta é uma posição que o Governo está tomando e que vai ser muito salutar para que a Constituinte possa cumprir sua finalidade. Acho que, no Brasil, nunca tivemos, ao longo da História, um período que tenha tido uma preparação para uma Assembléia Constituinte, com tantas vontades conjugadas no sentido de que cumpra com o seus objetivos, quanto neste instante.

Rádio Roquete Pinto

Senhor Presidente, o Senhor disse, há pouco, que o Pacto Nacional não será um pacto de elite. Eu pergunto então como exatamente a sociedade vai ser ouvida, principalmente na elaboração da nova Constituição.

Presidente José Sarney

Acho que, na sociedade, em primeiro lugar, o que temos que estimular é um debate sobre a Constituinte e os diversos temas que ela vai abordar. Mas, a grande decisão da socieda-

de sobre a Constituinte virá, naturalmente, com a eleição, quando ela tiver que eleger aqueles que vão elaborar a Constituição, que serão os deputados e senadores constituintes. Ela será a consagração do grande Pacto através da lei constitucional que será votada.

Radiobrás

No dia 11 passado fez um ano que o Senhor renunciava à Presidência do PDS. É um fato que acabou marcando a vida do Brasil, do País todo, principalmente a sua vida. Eu queria que o Senhor fizesse uma análise breve desse espaço de um ano do dia 11 de junho do ano passado até hoje.

Presidente José Sarney

Vou fazer uma análise muito breve: estou muito mais preocupado com o futuro do que com o passado.

Gazeta Mercantil

Senhor Presidente, o País pagará, nos próximos 7 anos, cerca de 55 bilhões de juros aos bancos internacionais. Essa cifra daria para financiar pelo menos 30 programas de emergência, hoje. Soubemos que em reunião recente, na Granja do Tórto, o senhor ponderou que se o nível de reservas cambiais caírem, o País suspenderia o pagamento dos juros.

Como o Senhor pretende enfrentar a questão dos juros da dívida externa, que representam um sério constrangimento ao crescimento interno, e com que nível de reservas o País deixaria de pagar juros?

Presidente José Sarney

O Presidente Kennedy, certa vez, numa entrevista também coletiva, teve a oportunidade de dizer que a um Presidente da República, num governo democrático, falando à imprensa, ele podia dizer e, algumas vezes, disse: “Não, eu não estou em condições ainda de responder a essa pergunta”.

Eu não direi isso. Mas direi que não devo tornar pública, neste instante, a resposta à sua pergunta. Quem mais está interessado em saber qual seria a nossa posição seriam aqueles nossos credores que estão desejosos de saber, antecipadamente, a nossa estratégia.

Nós apenas temos a dizer que, na realidade, há um limite que o Brasil pode suportar para pagar a sua dívida, que é aquilo que eu tive a oportunidade de dizer.

Antes de encerrar, quero apenas agradecer e pedir desculpas se alonguei algumas respostas, de modo a não permitir que todos os jornalistas participassem da entrevista. Mas, como vamos repetir esta prática salutar, espero que na próxima vez esteja respondendo com maior concisão e que também nós tenhamos outras notícias melhores a dar ao povo brasileiro.

Mas não queria encerrar essa entrevista sem dizer que, hoje, tenho absoluta certeza de que este País vai vencer as suas crises. Posso dizer ao povo brasileiro que não podemos ser um Governo para fazer milagres, mas vamos vencer esses problemas.

O Brasil tem grandes potencialidades e o que ele precisa hoje é de uma consciência nacional, de uma vontade nacional, uma unidade nacional em torno da solução dos nossos problemas.

Se o povo brasileiro reverter essa expectativa de pessimismo, nós chegaremos, sem dúvida, brevemente, a esse grande caminho.

É essa a mensagem final que queria transmitir. Entrei no Governo numa situação dramática, levado pelo destino. E hoje já tenho uma confiança muito maior e devo repetir aquilo que disse no dia da reunião do Ministério, no dia 15: se Deus me trouxe de tão longe não foi, sem dúvida, para decepcionar o povo brasileiro. Por isso, eu estou procurando cumprir com o meu dever, trabalhando 18 horas por dia, como os Senhores têm visto aqui, convidando todos a trabalhar, procurando, de toda a maneira, que a gente possa não frustrar as grandes esperanças desse nosso grande povo.